

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.964 - SP (2019/0295614-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FLÁVIO DE ALMEIDA PONTINHA - SP269293
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANDERSON CARLOS FERREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de ANDERSON CARLOS FERREIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravado em Execução n. 7000685-59.2019.8.26.0344).

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Criminais converteu a pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, fixou o regime fechado e determinou a expedição de mandado de prisão em desfavor do ora paciente.

Inconformada, a defesa interpôs agravo em execução perante a Corte estadual. Entretanto, o Tribunal negou provimento ao recurso, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 14):

Agravo em execução. Decisão que reconverteu em privativa de liberdade a pena restritiva de direitos imposta, fixou o regime fechado. Pedido defensivo pleiteando a cassação do decisum, para que seja suspensa a pena restritiva de direitos. Não acolhimento. Verificada a incompatibilidade entre o cumprimento da pena alternativa e a reclusiva, impõe-se a conversão daquela em privativa de liberdade. Artigos 44, § 5º, do Código Penal, e 181, § 1º, alínea “e”, da Lei de Execução Penal. Manutenção da decisão recorrida. Recurso não provido.

Por ocasião desta impetração, a Defensoria Pública alega que o v. acórdão foi contrário às disposições expressas nos arts. 44, § 5º, do Código Penal e 181, § 1º, da LEP, nos quais não está prevista a reconversão da pena, quando a condenação à pena restritiva de direitos ocorre depois do início do

Superior Tribunal de Justiça

cumprimento da pena privativa de liberdade.

Dispõe, assim, sobre os pressupostos para a reconversão da pena: (i) a condenação pela prática de outro crime que traga pena privativa de liberdade seja posterior à condenação ao cumprimento da pena restritiva de direitos e que (ii) o sentenciado esteja efetivamente cumprindo a pena restritiva de direitos quando da prática do crime que acarrete condenação à pena privativa de liberdade, pois só assim, haverá descumprimento de condições da pena restritiva de direitos que justifique sua reconversão em privativa de liberdade (e-STJ fl. 6).

Registra, então, que deve ser aplicado o art. 76 do CP, postergando-se o início do cumprimento da pena restritiva de direitos para período subsequente ao cumprimento da pena privativa de liberdade.

Com base no exposto, pretende, em liminar e no mérito, a sustação da conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, adiando a execução da pena restritiva de direitos para período posterior ao cumprimento da pena privativa de liberdade.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, a medida antecipatória postulada confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo das execuções acerca da decisão que converteu a pena restritiva de direitos do paciente em privativa de liberdade.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator